

SBP. PROF-244-2018

São Paulo, 16 de julho de 2018.

Nota de esclarecimento sobre a situação dos exames de Papanicolaou no Rio Grande do Sul

A Sociedade Brasileira de Patologia informa que acompanha com preocupação as investigações e denúncias relacionadas à suspeita de que exames de Papanicolaou de pacientes de Pelotas/RS estariam sendo analisados por amostragem, colocando em risco a vida das mulheres da cidade.

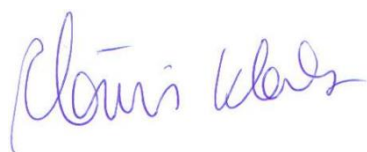
O Papanicolaou é um exame fundamental para a prática médica e deve ser analisado minuciosamente por um médico patologista. Isso garante a efetividade do exame capaz de detectar lesões pré-malignas no colo do útero, ou mesmo o câncer em seu estágio inicial, permitindo assim um diagnóstico precoce e prognósticos melhores para as mulheres que lutam contra o câncer.

Tão importante quanto as denúncias é discutir o cenário de descaso com que os exames citopatológicos são tratados no Brasil. Mesmo sendo de suma importância para salvar vidas de milhares de mulheres que morrem anualmente em decorrência do câncer do colo do útero, o Governo paga pela análise citopatológica de cada Papanicolaou o valor final de R\$6,97. Este montante deve ser destinado ao médico patologista para que, além do próprio serviço, ele também compre o material necessário para o procedimento, que tem custo aproximado de R\$15.

Essa conta que não fecha tem como efeito uma estrutura pública que não dá conta da demanda interna de testes – e os laboratórios da especialidade, que não podem arcar com esse prejuízo a cada exame, recusam-se a atender. Como resultado, temos maior tempo de espera pelo diagnóstico e até mesmo procedimentos realizados sem seguir padrões e normas corretos.

A Sociedade Brasileira de Patologia promove atualização médica constante, além de desenvolver um Programa de Acreditação de Controle de Qualidade em todo o território nacional. Essas ações estão acompanhadas da constante luta por remuneração adequada e justa aos laboratórios que atendem ao sistema público de saúde.

A SBP espera que as investigações prossigam para a devida responsabilização dos culpados caso esse crime grave se confirme e espera que esse fato sirva de alerta para que o Ministério da Saúde reveja a estrutura precarizada que possibilita que, ainda hoje, fatos como esses continuem acontecendo.



Dr. Clóvis Klock
Presidente



Dr. Renato Lima de Moraes Jr.
Vice-Presidente para Assuntos
Profissionais



Dr. Emilio Augusto C. P. de Assis
Coordenador do Departamento de
Defesa Profissional